

Collor manda adiar negociação da dívida *externa*

O embaixador Jório Dauster só vai levar a nova proposta brasileira domingo

Por decisão do presidente Fernando Collor, a viagem do embaixador Jório Dauster a Nova York, que seria iniciada ontem, foi adiada para domingo. A informação foi dada em Brasília depois de uma reunião entre a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e Dauster. O embaixador vai levar a contraproposta brasileira para a renegociação da dívida externa com os banqueiros credores.

Ainda não foi definida a resposta que o País levará ao novo encontro com o comitê dos bancos marcado para a próxima segunda-feira, diante do seu pedido de pagamento de US\$ 2,5 bilhões dos juros em atraso. Dauster informou que o resultado das discussões será levado ao presidente Fernando Collor, depois de sua volta do Japão, quinta-feira. O presidente Fernando Col-

lor informou em Tóquio que vai analisar e decidir pessoalmente a proposta brasileira. Ele tomou essa decisão depois de uma reunião com o vice-presidente dos Estados Unidos, Dan Quayle (**ver abaixo**). "Collor vai dar a palavra final", disse um assessor do presidente.

Dauster garantiu que as negociações seguem curso normal. "Cada um apresentou suas posições ideais", disse. "Não temos crise nem impasse", acrescentou. O pedido de pagamento dos bancos de parte dos juros atrasados, em torno de US\$ 2,5 bilhões, "tem um caráter preliminar". Na sua avaliação, o Brasil, segundo o embaixador, não decidiu ainda se vai aceitar fazer algum desembolso antes de fechado o acordo de reescalonamento da dívida. A ministra Zélia Cardoso de Mello disse ontem que a capacidade de pagamento e a negociação global "vão orientar a definição e decisão finais da proposta".

Alguns técnicos do ministério querem que as discussões se prolonguem, apesar de o Brasil ter efe-

tivamente reservas que permitam ao País fazer um pagamento de imediato. Com a limitação do prazo para os bancos fecharem seus balanços, pode ser mais vantajoso aos credores receber pouco do que não receber nada. O número de US\$ 2,5 bilhões poderia, assim, ser bem reduzido e o resto dos juros atrasados, que já chegam a US\$ 8,4 bilhões, pode ser somado ao total da dívida, como propôs inicialmente o Brasil.

As discussões prosseguem em torno da capacidade de pagamento do País. "Se houver um nível de reservas cambiais que seja consistente com esses pagamentos, e não houver pressão sobre o Tesouro Nacional, poderá haver pagamento", admitiu Zélia. "Nós podemos variar a proposta, contanto que o princípio seja correto", acrescentou. Considerou um avanço os bancos terem aceito discutir os números apresentados pelo Brasil, pois o princípio de capacidade de pagamento foi aceito, na sua opinião.